

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 046, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

“Veto ao Projeto de Lei nº 046, de 25 de outubro de 2011, proposto pelo Poder Legislativo, o qual dispõe sobre a exigência de apresentação de laudo técnico sobre a qualidade do asfalto empregado nas obras públicas no âmbito do Município de Eldorado do Sul e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que no uso das atribuições legais que me confere o artigo 52, § 1º, c/c art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, **VETO TOTAL** o Projeto de Lei nº 046, de 25 de outubro de 2011, de origem do Poder Legislativo.

RAZÕES DO VETO:

O Poder Legislativo do Município de Eldorado do Sul propôs o Projeto de Lei nº 046/2011, no qual determina que nas obras realizadas por empresa terceirizada ou pelo próprio executivo municipal em que haja o emprego de asfalto, deverá ser apresentado laudo técnico de acordo com as normas existentes, que certifique a qualidade adequada e garantia da aplicação do produto.

Além disso, o referido projeto aduz que tal laudo será emitido por profissional habilitado, estabelecendo prazo de garantia de cinco anos para pavimentação nova e três para recapagem, declarando nula a contratação indireta que não observe tal exigência e, no caso de execução direta, enquadra como crime de responsabilidade do agente público a sua não observância.

Em que pese a boa intenção do Legislativo Municipal demonstrada através do projeto em tela, no sentido de que as obras de pavimentação executadas por este Poder Público utilizem asfalto de boa qualidade, percebe-se que o mesmo interfere na harmonia entre os poderes e não está revestido da melhor técnica legislativa.

Apura-se que o aludido projeto pretende interferir em atos de competência do Poder Executivo Municipal. Tal atitude contraria a Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul, em especial o art. 2º da Constituição Federal e arts. 8º e 10 da Constituição Estadual (RS), que assim dispõem:

a) Constituição Federal:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

b) Constituição Estadual:

“**Art. 8º** O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

(...)

Art. 10. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.”

Mediante interpretação dos dispositivos citados apura-se que a proposta ora atacada não observou as regras constitucionais de processo legislativo, encontrando óbice, assim, ao Princípio da Separação dos Poderes.

Por outro lado, o Art. 75 da Lei de Licitações, diz que “*Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado*”.

O referido Diploma Legal, faculta ao gestor estabelecer através do instrumento convocatório a apresentação de laudos que demonstrem a qualidade do material empregado na obra, no entanto, tal regra de contratação é de competência do Ordenador de Despesa.

As regras do edital de licitação são atos do Chefe do Poder correspondente, neste caso do Poder Executivo Municipal, não dependendo de autorização do outro Poder.

Sobre a matéria o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já se pronunciou, senão vejamos:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.740/2009 E INCISO IV DO ART. 32 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EXCLUSIVA PARA AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE INTERESSE MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. INCISO XVI DO ART. 31 DA LOM. COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL. PARA LEGISLAR SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E DOAÇÕES A TERCEIROS. NORMA QUE NÃO ESTABELECE COMPETÊNCIA RESERVADA AO PODER LEGISLATIVO. AUSÊNCIA DE VÍCIO,. ACÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. UNÂNIME. (Acção Direta de Inconstitucionalidade Nº 70039015870, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 16/05/2011)

Portanto, verifica-se que se o Poder Legislativo vier a estabelecer regras para os editais e contratos do Poder Executivo, estaremos diante de ingerência e interferência indevida de um poder sobre o outro em atos de gestão exclusiva da Autoridade do Poder Executivo.

Além do mais, a exigência de apresentação de laudo técnico por certo demandaria um custo maior agregado na execução da obra tanto para os licitantes quanto pelo Órgão Público, onerando os cofres municipais.

O asfalto é obtido mediante a mistura de várias substâncias e resíduos, de acordo com as normas técnicas as quais devem ser seguidas pelos fabricantes, desta forma inexistente necessidade premente de se exigir laudo quanto ao produto asfalto, cabe sim a fiscalização da execução da obra e busca da garantia quando verificada irregularidade.

Quanto a este aspecto, o projeto de lei ora vetado no momento em que estabelece o prazo de cinco anos de garantia para obras novas de pavimentação e três anos para recapagem vai de encontro a previsão do Art. 618 do Código Civil que estabelece o prazo quinquenal, sem redução, para garantia pelo empreiteiro quanto à solidez da obra, bem como segurança do trabalho, materiais e solo.

Percebe-se portanto, que o prazo de garantia de três anos pretendido para os casos de recapagem de pavimentação não encontra respaldo na legislação vigente.

Ainda, não há que se falar em nulidade da contratação pela falta de apresentação do laudo pela empresa contratada. A exigência para tanto deve constar do edital e do contrato, assim sendo, sua falta pela contratada implicaria em descumprimento de cláusula contratual e rescisão do mesmo, e não nulidade da contratação, eis que esta decorre de ato ilegal na fase de contratação e não falha na execução do objeto.

Por fim, a previsão de que a falta do laudo referido nos casos em que o serviço for executado diretamente implicaria em crime de responsabilidade, fere a Constituição Federal de 1988, pois a mesma estabelece em seu Art. 22 que compete privativamente à União legislar sobre direito penal dentre outros, desta forma não existe possibilidade da Câmara Municipal definir ou estabelecer a tipificação para um crime de ação penal.

Dessa forma, para preservar a legalidade do processo legislativo e a harmonia e independência dos Poderes, o Poder Executivo Municipal veta o Projeto de Lei nº 046, de 25 de outubro de 2011, de origem do Poder Legislativo, aprovado em Sessão Ordinária do dia 01/11/2011.

Eldorado do Sul, 08 de novembro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal